

Público

Calculadora
Veja o preço de produtos com o novo IVA

P3
Opinião: o plágio é a crise da Universidade?

Vídeo Fugas
O hotel do Bairro Alto continua em alta

ADIRA ONLINE A UM PACK TV+NET+VOZ DO OPTIMUS CLIX
e oferecemos-lhe a placa de Internet Móvel

JORNAL DO DIA | VÍDEOS | MULTIMÉDIA | INFOGRAFIAS | BLOGUES | DOSSIERS | LOJA | ASSINATURAS | CONTACTOS | CLASSIFICADOS | INICIATIVAS | METEO

MUNDO POLÍTICA ECONOMIA DESPORTO SOCIEDADE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS ECOSFERA CULTURA LOCAL MEDIA TECNOLOGIA MAIS

Cinco Famílias - Um ano na crise | 20 histórias | Comunidades | Consultório de Justiça | Obrigado por assinar o Público. Envie as suas sugestões para feedback@publico.pt

Exclusivo Assinante

Público E-paper
Disponível diariamente a partir das 06h da manhã.

Caderno > História

Votar ★★★★★ | Resultados ★★★★★ 0 Votos | Notícia 1 de 1

Um país feito de orçamentos difíceis
Por Nuno Valério

O PÚBLICO desafiou Nuno Valério a lembrar os orçamentos do Estado difíceis desde a monarquia constitucional. O autor identifica vários, mas diz que o de 2012 é diferente: ainda não foi executado

À esquerda: os orçamentos de Estado mais antigos, de anos históricos, estão no arquivo da biblioteca do Ministério das Finanças. Em baixo: manifestação dos funcionários públicos no período inicial da revolução, publicada em daniel rocha

Partilhar | Imprimir | Comentar | Enviar

barclaycard Cartões de Crédito Barclaycard

veja como receber uma máquina de café

Adesões online para novos clientes até 27 de Outubro de 2011

Oferta de uma Máquina de Café NESPRESSO se efectuar compras de valor igual ou superior a €200 com o seu cartão Barclaycard, no prazo de 2 meses desde a data de aprovação.

Domingo 23/10/2011
Voltar a publico.pt

Maratona negocial de última hora para tentar salvar o euro

Just e Prada vão ponderar um acordo, a TV por cabo, as festas em Vila Rica e família

Aumentar

DOWNLOAD EM PDF

Publica
23.10.2011 - 3,67 MB

Público Porto
23.10.2011 - 6,47 MB

Público
23.10.2011 - 6,28 MB

Fugas
22.10.2011 - 4,45 MB

P2 Porto
22.10.2011 - 1,61 MB

P2
22.10.2011 - 1,62 MB

Ipsilon
21.10.2011 - 5,98 MB

Inimigo Público
21.10.2011 - 0,64 MB

VERSÕES ANTERIORES

Clique aqui para descarregar o PDF de edições anteriores (últimos 30 dias)

Índice da Edição Impressa

CADERNO P1
Destaque
Reportagem
Entrevista
Portugal
Mundo
Economia
Local Lisboa
Local Porto
Desporto
Espaço Público
História

CIDADES

SUPLEMENTOS
Pública
Ípsilon
Fugas
Dia da terra

Edições Anteriores

ÚLTIMOS 7 DIAS
Dia 22, sábado

Na época da monarquia absoluta, não havia Orçamento no sentido actual, porque as finanças públicas eram matéria reservada do rei e dos seus secretários de Estado.

Com a monarquia constitucional, as constituições passaram a determinar que o Governo propusesse um Orçamento às Cortes e estas o aprovassem, mas só em 1837-1838 isso aconteceu pela primeira vez (na altura, os anos económicos eram formados pelo segundo semestre de cada ano civil e pelo primeiro semestre do ano civil seguinte).

Até ao final do regime monárquico, o Governo só deixou de apresentar a proposta de Orçamento uma vez (em 1847-1848, por causa da guerra civil), mas as Cortes só aprovaram o Orçamento 44 vezes em 73 anos (muitas vezes com atraso em relação ao início do ano), ficando 29 anos sem Orçamento aprovado. Durante a Primeira República, houve nove orçamentos aprovados pelo Congresso (algumas vezes também com atraso), ficando seis anos sem Orçamento aprovado.

Seguiram-se sete anos de ditadura militar, 41 de Estado Novo e dois de transição para a democracia com orçamentos aprovados pelo Governo. Só a partir de 1977 se estabeleceu definitivamente a normalidade de todos os anos haver proposta do Governo e aprovação da Assembleia da República (embora por vezes com atraso em relação ao início do ano).

Orçamentos especialmente difíceis de elaborar houve muitos e por diferentes razões. Nalguns casos, por causa de situações de suspensão do pagamento dos encargos da dívida pública. Lembre-se a bancarrota parcial de 1892. Noutros casos, por causa de guerras e das suas sequelas. Lembrem-se a I Guerra Mundial ou a guerra colonial. Ainda noutros casos, por causa de situações de aflição nos pagamentos externos da economia portuguesa. Lembrem-se as duas vezes que Portugal teve de recorrer ao apoio do Fundo Monetário Internacional nos anos 70 e 80 do século XX. 2012 é mais um ano de Orçamento especialmente difícil de elaborar, em que se conjugam problemas de pagamentos externos (disfarçados, mas não suprimidos, pela inserção na zona euro) e problemas de encargos insustentáveis da dívida pública (disfarçados, mas não suprimidos, pelo auxílio do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia). Felizmente, não há uma situação de guerra, mas, pela negativa, há uma situação de desemprego urbano como nunca no passado em Portugal.

O problema de um Orçamento não é, porém, apenas elaborá-lo e aprová-lo. É também, e talvez principalmente, executá-lo. A primeira metade dos anos 20 e os anos 70 e 80 do século XX, por exemplo, estão cheios de orçamentos em cuja execução a inflação elevada

EDIÇÃO IMPRESSA

+ LIDAS + COMENTADAS + ENVIADAS + VOTADAS

Destaque Reuniões sucedem-se mas divergências continuam na crise que pode matar o euro

Opinião O Álvaro

Opinião O pai do monstro

Reportagem Reactivação da mina "era o Euromilhões para a região"

Destaque Reuniões sucedem-se mas divergências continuam na crise que pode matar o euro

Destaque Relatório para a troika situa custos das PPP na ordem dos 26 mil milhões

Destaque Só um milagre pode salvar o euro

Opinião A bizarra história da intervenção na Líbia

Destaque Bem-vindos ao país dos trabalhadores pobres

Opinião O fim do caminho?

PUB:

NOTÍCIAS EM DESTAQUE NO PÚBLICO.PT

Última Hora Merkel quer sanções mais duras para países endividados

Última Hora Para a direita "atacar o monstro é ir ao bolso e à dignidade das pessoas"

Última Hora Proposta de fecho de urgências já está a ser contestada por autarcas

Última Hora Cavaco Silva exige sentido de responsabilidade aos líderes da UE

Última Hora Militares protestam contra austeridade a 12 de Novembro

MEO desde 19,99€/mês Adira ao MEO e tenha TV+Net+Voz+Musicbox desde 19,99€/mês www.meo.pt Empresa especializada Em Serigrafia com 30 anos de Experiência www.rujoca.pt **Passatempo Maldivas 2011 Particpa Já Grátis e podes ir às Maldivas com tudo pago!** www.viagem-maldivas.com **Anuncie online ainda hoje Aumente os rendimentos da sua empresa anunciando com o sapo** www.oseudominio.com

Dia 21, sexta-feira
 Dia 20, quinta-feira
 Dia 19, quarta-feira
 Dia 18, terça-feira
 Dia 17, segunda-feira
 Dia 16, domingo

PESQUISA

OK

provocou desvios em grande escala. E os anos recentes também não têm sido exemplares, até porque há um factor que complicou muito as coisas: a redução do peso relativo da administração central directa no total da administração pública, devido ao crescimento relativo da administração regional, da administração local e da segurança social e ainda à prática de desorçamentação através da criação de serviços autónomos sob diversas formas (institutos, fundações, falsas empresas públicas, parcerias público-privadas).

Ora, se para cumprir o Orçamento na administração directa já é preciso disciplina, tem-se revelado por vezes totalmente impossível controlar o que se passa na administração pública que não está sob o controlo directo do Governo. É esta uma das explicações para o facto de Portugal ter tido em 2009 e 2010 os dois maiores saldos negativos seguidos de sempre em tempo de paz (saldos negativos sucessivos da mesma ordem de grandeza, isto é, próximos dos 10% do produto interno bruto, só tinham ocorrido na altura da I Guerra Mundial e do imediato pós-guerra).

O esforço para reduzir o saldo negativo das contas públicas passa, como a aritmética implica, pelo aumento das receitas, sobretudo impostos, e pela diminuição das despesas. Aumentos significativos de impostos não são, é claro, novidade. O maior de que há memória ocorreu na sequência da reforma fiscal de 1922 e foi o ponto de partida da estabilização financeira bem sucedida realizada entre esse ano e 1931. Porém, foi também factor importante na queda da Primeira República e ajudou Salazar a conseguir o equilíbrio orçamental que lhe abriu caminho para a liderança do Estado Novo. Diminuições significativas de despesas nunca ocorreram no passado, a não ser na sequência do final de guerras, por exemplo da I Guerra Mundial e da guerra colonial, embora, neste segundo caso, as despesas sociais tenham tomado o lugar das despesas militares desaparecidas. Reduções significativas do número de empregados do Estado nunca ocorreram (a não ser sob a forma de desmobilização militar, uma vez mais na sequência do fim de guerras). Reduções dos vencimentos dos funcionários públicos ocorreram quase sempre em ocasiões de aflição até à II Guerra Mundial, mas nunca mais se tinham verificado desde então até 2011. Curiosamente, no passado, a forma escolhida foi sempre a de impostos extraordinários (imposto de salvação pública se lhe chamou da última vez, entre 1928 e 1935, e depois em 1940 e 1941), nunca a de reduções nominais como em 2011.

Em suma, a história orçamental portuguesa apresenta muitos exemplos de épocas difíceis e não é fácil comparar a intensidade dessas dificuldades. O que torna as dificuldades actuais verdadeiramente aflitivas em comparação com as passadas é que ainda não foram superadas. Porém, a história orçamental portuguesa também apresenta exemplos de estabilizações financeiras bem sucedidas. A que foi feita entre 1922 e 1931 é um excelente exemplo. Que ela tenha sido iniciada e realizada no essencial pela Primeira República e que os louros tenham sido colhidos sobretudo por Salazar e pelo Estado Novo, pode bem ser tema de reflexão política.

Economista, historiador e professor no Instituto Superior de Economia e Gestão

[Corrigir](#) [Provedor do Leitor](#) [Feedback](#) [Estatísticas](#) [Partilhar esta notícia](#)

Blogue sobre este artigo

Se comentar este artigo no seu blogue, o link aparecerá aqui.

Efectue o ping do seu blogue no Twingly para nós o encontrarmos.



Comentários 0 a 0 de 0

[Escrever Comentário](#)

[Escrever Comentário](#)

[Critérios para a publicação de comentários](#)

Comentários 0 a 0 de 0

[Escrever Comentário](#)

Login

[Entrar](#) [Registo / Recuperar](#)

[Login](#)

[Login](#)

Comentar

[critérios para publicação de comentários dos leitores](#)

Restam 800 caracteres